



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Corpo de Bombeiros

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Prédios públicos. Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. Informação disponível na internet, em transparência ativa. Inovação recursal. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 230/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado ao Corpo de Bombeiros, de número SIC em epígrafe, para acesso à listagem de prédios públicos que não contam com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) nas cidades de Birigui e Araçatuba em agosto de 2017.
2. Em resposta, o ente informou que o SIC.SP não é o canal adequado para a solicitação, indicando a Divisão de Atividades Técnicas do Comando do Corpo de Bombeiros para tanto, bem como endereço eletrônico para consulta das edificações que possuem o AVCB. Em recurso, a resposta foi mantida, informando-se ainda que o fechamento, fiscalização e interdição de estabelecimentos é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, inovando em relação ao pedido original, solicitando lista dos locais que possuem o AVCB em Araçatuba.
3. Instada a complementar as informações, a Pasta informou que o Corpo de Bombeiros não mantém listagem dos AVCBs, disponibilizando a consulta eletrônica por endereço para tanto, e esclarecendo ainda que a fiscalização dos prédios que possuem o AVCB é das Prefeituras locais.
4. Primeiramente, vale lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública.

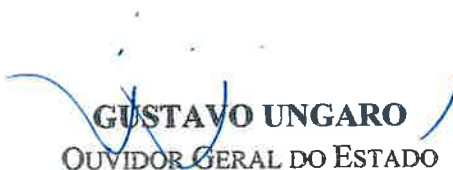
5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Entretanto, recorda-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. No caso em apreço, o ente esclareceu não possuir os dados almejados, uma vez que não mantém listagens dos autos de vistoria, indicando ainda caminho para consulta eletrônica dos edifícios que os possuem, e complementarmente as Prefeituras Municipais, nos termos do caput do artigo 11 e seu §1º, inciso III.
6. Assim, basta o interessado, por meio do endereço eletrônico na internet fornecido pelo ente demandado, inserir o endereço dos imóveis almejados e verificar a situação de cada qual, obtendo diretamente a informação buscada.
7. Contudo, ainda irredimido, formulou novos questionamentos para acesso à lista de edifícios que possuem AVCB. A inovação de pedido em grau de recurso, porém, não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair a oportunidade de o ente demandado se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso, se o caso. Cabe realçar que nada impede o interessado de formular novo pedido para obter acesso a outras informações, sempre que necessário.
8. Ante o exposto, tendo em vista o fornecimento de endereço eletrônico apto ao atendimento do presente pedido de informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de outubro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO